

Acta nº 4

Fios 27 de junho de 1986, pelas 21,30 horas, reuniu em sessão ordinária, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Alter do Chão, a Assembleia Municipal.

A sessão que teve como orden de trânsito:

- Informações do Presidente da Câmara
- Apresentação e votação do contrato com a E.D.P.
- Alteração à constituição heraldica das armas do Concelho

Reuniu com a falta dos deputados: António Matias, Dna. Basílio da Natividade Rodrigues Freitas Martins, João José Ribeiro Moreira, João Calado Belo, João Manuel Arcanjo Godinho, Bernardo Rodrigues de Sousa, Alexandre dos Anjos Rosa, Maria de Matos Pimenta e Felizardo Casqueiro Arcanjo.

Para substituição do 2º Secretário, foi convidado o deputado José Correia Gonçalves, que aceitou.

Procedeu-se à leitura da acta, que, após rectificação, foi aprovada por 8 votos, com duas abstenções.

De seguida, lhe-se a correspondência recebida e expedida, em que se salienta uma carta da encarregada do posto de feira da Cunhaica, protestando contra a provisão pelo Concelho, da utilização do portão da escola onde está instalado aquela posto.

Foi feita uma proposta de alteração da Lei 304/84, aprovada na Assembleia Distrital de Portalegre, assim como um

telegrama emitido pela Câmara de Es-
teiroaz, discordando da instalação do
Matadouro Regional do Alto Alentejo em
Sousel, quando antes estivera despatcha-
do para Concelho. O assunto foi apresenta-
do como mudança política, sem quais-
quer estudos.

O deputado José Eduardo informou
que houve estudos exhaustivos antes do des-
patcho para Souel e que a decisão foi
baseada nos inquéritos aos interesses-
dos e porque os efectivos pecuários são
maiores nessa zona.

O deputado Coimbra Belo Calado Pa-
mentou que estando seguro o Matadouro
em Concelho com renda de arrendos, etc., es-
te ali não ficasse. Nem iria pagar
se andar a gastar num Matadouro em
Charnça quando os matadouros Corais
viviam a ser privados, embora não con-
corda com a privação das matâncias Corais.

O deputado José Carita concorda com
o matadouro regional do Alto Alentejo
que virá servir produtores e populações,
embora esteja convencido que os matadou-
ros Corais sempre existiram.

Foi proposta à Assembleia que subisse
verso a moção aprovada na Assembleia
Distrital e referente ao Matadouro, sen-
do derrotada por 5 votos contra, 4 a fa-
vor e 1 abstenção.

Quanto ao telegrama emitido pela
Câmara do Estremoz e recorrendo o mesmo
assunto, foi rejeitada a sua subscrição
por 5 votos contra, 4 a favor e 1 abstenção.

O deputado Pires fez declaração de voto, declarando que votou contra por lhe parecer que afinal a teoria de localidades se deveu a razões de ordem económica e lógica e não política. Aliás, já vai sendo tempo de se pôr os interesses do país antes das tendências políticas, congregando-se com a moção de confiança de que beneficiou o Governo, pouco tempo antes, na Assembleia da República.

O Dr. Vairinho Bozzelha associou-se ao regozijo de que a Assembleia da República haja reconhecido um bom Governo, comentando que o PS participasse numa frente popular que não o significa.

O deputado Fernando Soares contrariou o voto do "frente popular", do qual discende.

O deputado Moisés Ramentau que se votou na Assembleia Municipal algumas regras, mas se mencione factos da Assembleia da República.

O deputado José Carita concordou com esta exposição e, apesar da consideração pelo Dr. Bozzelha, não concorda com as pausas daquele senhor deputado.

O Dr. Vairinho Bozzelha explicou que se apoia a intervenção do deputado Pires e esclareceu o facto do PS se unir na votação ao PCP.

Seminando o período de antes da cerimónia de trabalhos, passou-se ao ponto I das mesmas.

Informações do Presidente da Câmara:
Este na sessão estava substituído pelo

vereador Francisco de Sousa Sanches, que apresentou razões que não estaria apto a explorar a actividade da Câmara, mas estava disposto a responder a perguntas, a que tentaria satisfazer.

O deputado Moisés perguntou a razão da ausência do Presidente, sendo-lhe respondido que estava de férias.

O deputado José Carita perguntou se houve um curso de informática para juens e que estes já estavam escolhidos.

O deputado José Eduardo Pimentel questionou que a Assembleia continua sem ser informada dos assuntos da Câmara e se está para responder ao que esta precisa.

O Dr. Vazinho Barreto, Sarcando no facto da cunhadeira mencionar as informações do Presidente da Câmara, perguntou se este não deixou o representante elucidado sobre as informações a prestar.

O deputado Moisés soube do despedimento de empregados da Câmara e que sia saber em que situação financeira ela se encontra e ainda como funciona o emprego da Câmara com base no regime de desemprego.

O deputado Francisco Serrão perguntou se se sabia quem tinha despejado o tanque do jardim.

O deputado José Carita perguntou se a variante mencionada num edital exposto e se o assunto não seria extemporâneo.

O vereador Francisco Sanches respondeu

que, instado pela FAO, decidiu inscrever no curso de informática os dois jovens em serviço na Infração; que tomou nota da observação do deputado José Eduardo; ao Dr. Vazinho não respondeu; ao deputado Moisés disse que a Câmara tem dinheiro, embora também tenha compromissos e que não houve despedimentos; quanto ao regime do desemprego, não tem conhecimento. No que respeita aos responsáveis pelo despejamento do tanque, o atento foi entregue à G.N.R.; quanto à variação do Alter-Portalegre, existe de facto o projecto de uma estrada que liga a estrada da Caudelaria à projectada estrada por Portalegre.

O acesso autárquico, Sr. António Matias, deu uma ajuda, permanecendo.

O deputado Moisés falou sobre a falta de água e eventuais medidas, pois que em Changas já se sente a sua falta.

O deputado Dr. Vazinho Bozzacchio, quando sobre o problema/água, foi da opinião que a Câmara deverá tomar medidas eficazes.

O deputado Cândido Arantes perguntou pelos empréstimos para casas. O deputado José Carita perguntou se há alguma cela a emprestar a pessoas que necessitam recuperar casas degradadas.

O Sr. Francisco Sanchez defendeu o direito a casa em condições e a Câmara tem-se preocupado com o assunto, com poucos resultados.

O Sr. Martins explicou que existe o

PRID mas só para proprietários.

Entrou-se no 2º ponto - Contrato com a EDP:

O deputado José Correia disse que acha o contrato correcto, embora não veja definidas as compensações à Câmara, chamando a atenção para a distribuição em zonas rurais.

O deputado José Eduardo sugeriu que o vereador ou o acesso discorressem algo sobre o contrato.

O acesso disse que o contrato foi feito por encomenda numa firma de reconhecida competência.

Passou à votação, foi aprovado por unanimidade.

Passou-se ao assunto das armas heraldicas:

O acesso disse que a cedificação era uma questão da forma escrita. Não havendo discordância, foi aprovado por unanimidade.

Foi proposta a aceitação da discussão da Postura de Fadim, que não fazia parte da ordem de trabalhos.

Foi aceite por unanimidade para discussão.

O deputado José Eduardo disse que a discussão da postura ali na Assembleia deveria ter uma planta da Vila.

O deputado Moisés disse que o projeto deveria ter o parecer da Assembleia de Freguesia, pois que esta seria de interesse para o assunto.

O acesso disse que o projeto foi feito

por entidades credenciadas e que não ve necessidade de o assunto descer à Assem-bleia de Freguesia.

O deputado José Carita estranhou a premência da proposta, uma vez que, pes-salmemente, não via tal interesse.

O deputado Reato disse que já anterior-mente a Assembleia de Freguesia e a Assembleia Municipal Kirihim pediram um estudo ao trânsito e nada se tinha feito.

O deputado José Eduardo defendeu a necessidade de analisarmos o estudo e que o assunto não se esgotaria com esta postura.

Entrou-se na discussão, ponto por ponto, aconselhando - se o seguinte:

- na Rua Combatentes do Ultramar que seja revisto e analisado o projectado proibição de trânsito no sentido proposto;

- na Rua Feliciano Castilho proibi-
r o trânsito no sentido Norte - Sul;

- na Rua Engenheiro Teotónio Rosa pri-
sir o estacionamento em frente ao Sr. Pe-
gacho e dividir a sua com uma faixa no
mesmo espaço.

Assim a postura foi aprovada por una-
nimidade.

Não havendo mais a tratar, foi a ses-
são encerrada, tendo antes sido aprovado
por minuto um resumo dos assuntos tra-
tados de que agora se passava a presente acta.

Fernando Monteiro
Administrador